

## Nota síntese principais resultados COP28

13/12/2023

De destacar o espírito construtivo e de colaboração de todas as partes ao longo dos 14 dias de duras negociações, onde se denotou uma vez mais uma bifurcação de posições entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento que no final foi possível aproximar.

Foi a primeira COP em que foi adotada uma decisão no plenário de abertura, ficando assim para a história a adoção, logo no primeiro dia dos trabalhos, de um novo **Fundo para Perdas e Danos** (*Loss and Damage Fund*), com o objetivo de apoiar os países mais vulneráveis a enfrentar os custos dos danos causados por fenómenos climáticos extremos. Portugal contribuiu desde logo com 5M€, tendo a UE como um todo apoiado a implementação deste novo fundo com mais de 442M€ (num total até ao momento de contribuições a nível mundial de 792M USD).

Foi ainda reforçado o financiamento para o **Fundo Verde para o Clima** (Green Climate Fund), tendo Portugal comprometido 1M€ por ano para apoio a este fundo (até 2027 – 4M€), contando o mesmo com um replaneamento de mais de 12.833 billion USD até ao momento.

Assim, a COP28 iniciou-se com um espírito muito positivo e com uma demonstração de comprometimento e solidariedade entre as Partes.

Após negociações intensas durante as 2 semanas e em particular nos últimos dias com envolvimento ministerial, a Presidência da COP28 apresentou na manhã de dia 13 de dezembro, um **pacote de decisões** (*The UEA Consensus – an enhanced, balanced, and historic package to accelerate climate action*) sobre os temas chave, em particular no que diz respeito ao:

- 1º balanço global do Acordo de Paris - *Globalstocktake*
- Programa de Trabalho para a Mitigação (MWP - *mitigation work program*)
- Programa de Trabalho para a Transição Justa (JTWP – *just transition work program*)
- Objetivo global de adaptação (GGA – *global goal on adaptation*)

Todos estes elementos são capturados nas “decisões chapéu” da COP e da CMA - os órgãos supremos de decisão da Convenção Quadro e do Acordo de Paris respetivamente).

Acrescem decisões sobre outros temas como a nova meta de financiamento climático para 2025 e artigo 6.8 do Acordo de Paris sobre abordagens colaborativas (*non-market approaches*).

## Principais resultados

Esta foi uma COP que fez o primeiro balanço do Acordo de Paris (Global Stocktake), e que marca o início de uma nova fase na ação climática, provando a relevância do multilateralismo.

As referências à ciência e IPCC saem reforçadas, bem como a urgência do alinhamento das trajetórias de descarbonização com o objetivo de se atingir o 1.5°C.

- Na **mitigação** sai reforçado o sinal da comunidade internacional de que o objetivo é o de conter o aumento da temperatura a não mais de **1,5°C**, aprofundando desta forma o que tinha sido alcançado em Paris.
- Pela **primeira vez é feita referência ao início da transição para o fim dos combustíveis fósseis** (*Transitioning away from fossil fuels in energy systems, in a just, orderly and equitable manner, accelerating action in this critical decade, so as to achieve net zero by 2050 in keeping with the science*) – sendo desde já por isso um acordo histórico.
- Foi ainda aprovado o objetivo de **triplicar a capacidade de energia renovável** a nível mundial e **duplicar a taxa média anual global de melhorias de eficiência energética**, até 2030.
- É reforçado o sinal em relação aos combustíveis fósseis numa perspetiva de alteração do paradigma do sistema energético. Até aqui a única referência das COP anteriores (Glasgow e Sharm-el Sheik) era apenas focada no carvão.
- Além de reconhecer a necessidade de atingir a neutralidade até 2050, são identificadas as respetivas metas intermédias de redução de emissões de gases com efeito de estufa, **43% até 2030 e 60% até 2035, em relação a 2019**, e a necessidade do **pico de emissões ocorrer até 2025** (apesar de incluir alguma flexibilidade para os países em desenvolvimento com linguagem bastante abrangente).
- De realçar também outras referências que embora não sejam novas, são também importantes, como o **phase-out de subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis** (tendo sido incluída referência à exclusão daqueles que não abordem a pobreza energética ou a transição justa), o **phase-out da utilização de carvão** no sistema de produção de eletricidade ou o objetivo de acelerar a **redução de emissões metano até 2030**.
- É dado um maior foco ao papel de **tecnologias de captura e armazenamento de carbono**, sendo contudo reforçado o seu papel em particular nos setores mais difíceis de reduzir emissões (**hard-to-abate sectors**).
- Os resultados deste primeiro global stocktake serão integrados nos diferentes programas de trabalho dando uma perspetiva positiva em relação ao seu acompanhamento no futuro.
- As Partes devem apresentar as suas contribuições determinadas a nível nacional (**NDC**) para 2035 até à COP30, dentro de dois anos, e estas devem considerar ambiciosas metas de redução de emissões, que abranjam toda a sua economia

(**economy-wide**), todos os gases com efeito de estufa, sectores e categorias, alinhadas com o objetivo do **1,5°C**, de acordo com a ciência e **com os resultados do Global Stocktake**.

- No **Programa de Trabalho para a Mitigação (MWP)**, o resultado ficou de certa forma aquém do esperado em virtude de não ter sido possível incluir uma referência clara às mensagens que resultaram dos dois primeiros diálogos globais sobre transição energética e transportes nem uma ligação direta aos resultados do GST. Neste contexto, os trabalhos irão continuar no formato atual, com dois diálogos globais (pelo menos dois anualmente) e eventos focados em investimentos.
- De realçar também a importância do acordo alcançado sobre o tema da **Transição Justa**, que se traduz num **Programa de Trabalhos** que estará em vigor até 2026, e onde se irão realizar pelo menos dois diálogos anuais e que permitirá discutir um assunto que é fulcral num contexto de transição energética, em particular o tema da mão-de-obra e criação de trabalho digno e de empregos de qualidade, atendendo a que este caminho terá que ser feito com todos e sem deixar ninguém para trás.
- Sobre **adaptação** é estabelecido o quadro do **objetivo global de adaptação (GGA – global goal on adaptation)** com **metas setoriais** cobrindo temas relacionados com água, alimentação, saúde, ecossistemas e biodiversidade, infraestruturas e aglomerados humanos, erradicação da pobreza, e património cultural. Como seja por exemplo, a necessidade de aumentar a resiliência climática aos perigos relacionados com a escassez de água, rumo a um abastecimento de água e saneamento resilientes ao clima e ao acesso a água potável segura e acessível para todos.
- Também consolida **metas para os processos** essenciais à adaptação, ao nível da análise de impactos, vulnerabilidades e riscos, de planeamento, de implementação dessas políticas, e de monitorização, sendo **lançado um Programa de Trabalho** de 2 anos para trabalhar indicadores que permitam monitorizar estas novas metas.
- Outro marco desta COP28 foi a conclusão da operacionalização da **Rede de Santiago** que visa catalisar a assistência técnica de várias entidades para minimização das perdas e danos, em países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis às alterações climáticas, tendo ficado definido o acolhimento (*host*) pelo consórcio *United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNDRR)* e *United Nations Office for Project Services (UNOPS)*.
- Sobre **financiamento** e no que diz respeito ao cumprimento da **atual meta de financiamento climático** (100 mil milhões USD/ano), foram reconhecidos os esforços desenvolvido pelos países desenvolvidos com vista à prossecução desta meta em 2022 (no entanto não foi reconhecido o seu cumprimento, tendo a metodologia OCDE sido

contestada por algumas Partes). Foi reiterada a urgência associada ao cumprimento desta meta até 2025 a par da necessidade de melhorar os respetivos mecanismos de monitorização e transparência e acordar uma metodologia comum aceite por todas as Partes.

- No âmbito do ***Standing Committee on Finance*** prosseguirão os trabalhos técnicos no que diz respeito à definição de financiamento climático tendo sido estabelecida a continuação, nos próximos dois anos, dos **workshops** a realizar no âmbito do Dialogo de Sharm el-Sheik. Não foi no entanto possível estabelecer um Programa de Trabalho dedicado em particular ao artigo 2.1.c. relativo ao alinhamento de todos os fluxos financeiros com objetivos do Acordo de Paris.
- Quanto ao **financiamento para adaptação** é reconhecida a necessidade de aumentar o financiamento dedicado a este domínio, estabelecendo-se que o nível de financiamento para adaptação terá de ser **significativamente aumentado para além da duplicação** prevista no âmbito do Pacto Climático de Glasgow.
- Quanto à **nova meta de financiamento climático após 2025** (NCQG – *new climate quantified goal*) foi acordado o Plano de Trabalhos para 2024 não tendo sido discutidos elementos substantivos da nova meta, que serão discutidos apenas no próximo ano.

2023.12.13